

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

O AI-5 E A AÇÃO DA CENSURA SOBRE A IMPRENSA: O CASO  
DOPASQUIM.....06

## CAPÍTULO II

O PASQUIM RESISTE E  
INOVA.....18

1- O PASQUIM E O ESPÍRITO  
ANTIEMPRESARIAL.....25

2 - PATOTA: UMA FORMA ORIGINAL DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE  
MATÉRIAS.....28

## CAPÍTULO III

A CENSURA PRÉVIA SOBRE O PASQUIM E O TRABALHO DA PATOTA PARA  
DRIBLÁ-LA....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

## CAPÍTULO IV

O PASQUIM: UMA ALTERNATIVA À GRANDE  
IMPRENSA?.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

CONCLUSÃO.....50

ANEXOS.....52

FONTES.....71

REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRÁFICAS.....72

## INTRODUÇÃO

Pretende-se abordar com essa pesquisa a trajetória de O Pasquim, um jornal da pequena imprensa no contexto do Regime militar e após o estabelecimento do Ato institucional nº 5. Conhecer os fatores que contribuíram para o surgimento do jornal, em um momento de censura e repressão política é um dos objetivos deste trabalho, assim como apontar os elementos que corroboraram para o sucesso do mesmo.

A permanência de um jornal de humor e crítica por mais de treze anos em circulação, sob a vigilância do regime militar, faz O Pasquim destacar-se dentro da pequena imprensa. Diversos pequenos periódicos surgiram nesse momento e muitos não passavam do primeiro número. Nesse sentido O Pasquim chama atenção tanto pelo tempo que permaneceu em circulação como pelo número de exemplares que circulavam nacionalmente.

A convivência do jornal com a censura durante boa parte de sua existência desperta curiosidades em saber, por exemplo, de que forma a censura agia no jornal, que tipo de represálias o jornal sofreu, de que forma os humoristas conseguiam burlar a censura, que elementos contribuíram para o sucesso do jornal.

Tentar responder esses questionamentos e outras curiosidades acerca do Pasquim e da ação da censura sobre ele é o que se pretende elucidar ao longo deste trabalho.

Para contextualizar o momento vivido pela imprensa durante o regime militar a que o país estava submetido, tomou-se como base obras de jornalistas, historiadores e cientistas políticos. Exemplares do próprio Pasquim também foram utilizados no sentido de evidenciar ao leitor as características do jornal.

Com este trabalho pretende-se não apenas registrar a história de O Pasquim, mas encontrar nele elementos de resistência à censura, assim como registrar a capacidade de inovação dos integrantes do jornal, mesmo diante de um meio extremamente conservador e repressor.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO - FACE  
CURSO: HISTÓRIA

## **O PASQUIM SOB O CRIVO DA CENSURA**

Fernanda Paiva Moura (mat. 20062286)

Brasília, junho de 2004.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO - FACE

CURSO: HISTÓRIA

## **O PASQUIM SOB O CRIVO DA CENSURA**

Fernanda Paiva Moura ( mat. 20062286)

Monografia apresentada ao Departamento de  
História para  
a obtenção do diploma de licenciatura plena no  
curso de História.

Orientador: Rúbens Câmara

Brasília, junho de 2004



## CAPÍTULO I

### **O AI-5 E A AÇÃO DA CENSURA SOBRE A IMPRENSA: o caso do**

#### **Pasquim**

O ano de 1968 foi marcado por grandes mobilizações da juventude em todo o mundo. No Brasil ocorreram manifestações espalhadas por todo o país, as mais radicais fizeram uso de armas e iniciaram guerrilhas. Dezenas de pessoas foram mortas em protestos, assassinatos políticos e atentados terroristas.

Em 21 de junho ocorreu no Rio de Janeiro o fato que ficou conhecido como a “sexta-feira sangrenta”, conflito no qual quatro pessoas morreram e 20 foram baleadas. Alguns dias depois, no dia 26 de junho, estudantes, a Igreja Católica e outros seguimentos civis organizaram a “Passeata dos 100 mil”, considerada a manifestação de maior proporção contra o regime autoritário.

Toda essa conjuntura põe o governo na posição de defesa investindo pesado na repressão e na segurança. Desde 1964 havia dentro do governo a discussão sobre até que ponto e de que forma poderia-se fazer uso da repressão. Os militares “linha dura” - dentre os quais pode-se citar Jaime Portella, Garrastazu Médice, Augusto Rademaker, Márcio de Souza Mello e Afonso Albuquerque e Lima - acusavam os moderados de terem subestimado a oposição e temiam que os protestos no Brasil se tornassem incontroláveis.

Um outro fato social foi somado a toda essa ebulição social e política, no início de setembro de 1968 o deputado federal pelo MDB, Márcio Moreira Alves, um ex-jornalista que combatia o governo, pronunciou um discurso que não agradou os militares ao tratar de questões a tortura de presos políticos, ao sugerir que os pais protestassem contra o Regime Militar impedindo que seus filhos assistissem à parada militar de 7 de Setembro. Os

militares sentiram-se ainda mais desacatados quando em uma determinada parte do seu discurso o deputado fazendo uma alusão à comédia de Aristófanes, “Lysistrata”, sugeriu às mulheres brasileiras que boicotassem seus maridos até que a repressão imposta pelo regime fosse suspensa.

Os militares exigiram que Márcio Moreira Alves fosse punido por ofensa à honra e à dignidade da categoria. O então presidente Costa e Silva cedendo às pressões dos ministros militares encaminhou o pedido de suspensão da imunidade parlamentar do deputado à Comissão de Justiça, que por sua vez negou o pedido. Os militares insatisfeitos com o desenrolar dos fatos transformaram este fato no pivô de uma luta acerca dos poderes do Congresso. Já havia da parte deles o interesse em eliminar da política um grupo de parlamentares antigoverno entre eles Márcio Moreira Alves.

A pressão militar sobre Costa e Silva, assim como a tensão social do período o levaram a reunir o Conselho de Segurança Nacional no dia 13 de dezembro de 1968. Como muito bem definiu Elio Gaspari “começava a missa negra”.

Dentre as questões levantadas na reunião estão a falta de apoio político e a decisão do Congresso quanto ao caso Márcio Moreira Alves. A essa altura o ministro da justiça Gama e Silva, um dos civis adeptos da “linha dura”, já havia redigido o Ato Institucional nº 5. Os participantes da reunião leram o documento e emitiram suas opiniões.

O vice-presidente, Pedro Aleixo defendeu o regime constitucional sendo favorável à decretação do estado de sítio como uma solução emergencial. O chefe do gabinete civil, Rondon Pacheco, sugeriu que houvesse um prazo determinado para o Ato Institucional. Gama e Silva refutou tal proposta alegando que foi um erro ter estipulado um prazo para o AI-1, e que para não incorrer no mesmo erro o AI-5 seria por tempo indeterminado.

Com o apoio de grande parte dos membros do Conselho de Segurança Nacional, Costa e Silva fechou o Congresso por tempo indeterminado e decretou o Ato Institucional nº5 . Dentre os doze artigos constantes no Ato o presidente adquiria o direito de estipular medidas repressivas, decretar o recesso do Congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais, intervir nos estados e municípios, censurar a imprensa,

suspender direitos e garantias dos magistrados, cassar mandatos e direitos políticos , limitar garantias individuais , dispensar e aposentar servidores públicos .

Na véspera do AI-5, dia 12 de dezembro, o general Jayme Portella de Mello já havia determinado à Polícia Federal que enviasse censores aos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os censores que eram recrutados na polícia e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais tinham manuais de serviço nos quais constavam as exigências do governo. O manual carioca determinava:

“Não deveram ser divulgadas notícias que possam:

- proporcionar o incremento à luta de classes (...)
- comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil,
- tumultuar os setores comerciais e financeiros de produção,
- veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários.”

O manual paulista informava:

“(...) as notícias devem ser precisas, versando sobre os fatos consumados (...) não publicar notícias sobre atos terroristas, explosão de bombas, assaltos a banco, roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos mesmo quando se trate de fato consumado ou provado.”

Logo após o estabelecimento de AI-5, um decreto de 1969 tornava ilegal qualquer referência aos Atos Institucionais, críticas às autoridades governamentais ou às Forças Armadas. Submetida a todo esse aparato repressivo restava à imprensa acatar as imposições ou sofrer as mais variadas punições que geralmente culminavam com prisões, apreensões do material e até o fechamento da empresa.



Dentro os diversos autores que tratam da imprensa no Brasil - Anne-Marie Smith, Nelson W. Sodré , Maria Aparecida de Aquino, Antônio F. Costella - há consenso de que na história deste país nunca houve um período de total liberdade de imprensa. É o que Anne-Marie Smith afirma:

“(...) em tempo algum a liberdade de Imprensa foi totalmente respeitada ou verdadeiramente sólida. Não é de estranhar a inexistência de um grande confronto de demanda por liberdade de imprensa absoluta no período de autoritarismo mais recente.”

Nelson W. Sodré reforça essa posição ao afirmar:

“A liberdade de imprensa não podia ser reclamada com base numa herança reconhecida e compartilhada, como nunca houve tempos dourados de liberdade à imprensa, tal reivindicação teria de ser criada.

Conquanto tenha havido muitos aspectos novos na relação entre Imprensa e Estado (1964-85) houve também uma continuação significativa de padrões herdados do passado”

Anne-Marie Smith ressalta que a falta de liberdade absoluta por parte da imprensa na história do Brasil pode explicar a falta de mobilização em massa que a reivindicasse durante o Regime Militar. Nelson W. Sodré conclui que já que não há uma herança de liberdade de imprensa na história do Brasil essa reivindicação tem que ser criada, uma vez que, muitos padrões de cerceamento da imprensa por parte do Estado após o golpe de 1964 foram - estes sim - herdados do passado.

Ao tratar dessa herança Nelson W. Sodré remonta ao Brasil Colônia , com o estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro e o imediato estabelecimento do Desembargo do Paço, organismo censor que controlava a entrada de livros na colônia e o que era impresso. O autor ainda passa por um outro momento de recrudescimento da censura à imprensa brasileira com a criação do Departamento Oficial de Propaganda em 1932, órgão responsável por exercer a censura na “Era Vargas” . Portanto, muito do que se vê na ditadura de 1964, no que tange à censura, trata-se de um legado histórico.

De acordo com a historiadora Anita Novinsky, a censura é um recurso utilizado desde a antigüidade como uma forma de legitimação do poder.

“A censura é a mais forte arma que os regimes totalitários têm utilizado, desde a Antigüidade, para impedir a propagação de idéias que podem por em dúvida a organização do poder e o seu direito sobre a sociedade.”

O Regime Militar brasileiro também buscava essa legitimação do poder e o controle da imprensa tornava-se essencial para a estabilidade do Regime, uma vez que no governo Costa e Silva era flagrante a tensão social. Diversos grupos civis organizados surgiram, até mesmo grupos que aderiram à luta armada. O controle da imprensa e das informações veiculadas para a população foi, nesse momento, um dos recursos usados para controlar as agitações sociais. Este mostrou-se insuficiente e o uso da força foi cada vez mais presente.

Os meios de comunicação proibidos de veicular informações acerca da censura, dos Atos Institucionais, torturas, assassinatos políticos, enfim qualquer notícia que desestabilizasse o Regime, acabavam por propagandear a idéia de um país ordeiro e pacífico. A tentativa de passar essa imagem fica evidente na declaração do presidente Médice:

“Sinto-me feliz todos as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho.”

Ironicamente essa declaração feita pelo general, e então presidente Garrastazu Médice, refere-se ao governo militar de maior violência repressiva. Com o propósito de obscurecer essa violência, além da censura, o general fez uso de um outro artifício, a AERD ( Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República), responsável por construir uma imagem otimizada e falsa de um país pacífico e feliz, para isso criava slogans como “Ninguém segura esse país”, “Brasil ame-o ou deixe-o”. A

televisão foi muito utilizada com este propósito, a facilidade de comprar o aparelho por meio de generosos planos de compras a créditos aumentava consideravelmente o alcance da propaganda governamental. Quando o general Médice assumiu a presidência do Brasil concedeu mais 20 licenças para emissoras, sendo que já havia no Brasil 45 emissoras de TV licenciadas, isso beneficiou muito a Rede Globo que retribuía o favorecimento defendendo os interesses do governo através da sua programação.

A eficácia da censura aplicada à imprensa nesse período deve-se em grande parte ao seu caráter impessoal e anônimo. Portanto uma das formas predominantes de censura durante o Regime Militar foram proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal. A emissão de ordens obedecia a um padrão rígido. Proibições sem assinaturas eram levadas por oficiais da polícia aos órgãos da imprensa, a linguagem das ordens era repetitiva e oficiosa. Essa repetição acabou por banalizar a censura, o sistema passou a funcionar de forma tão corriqueira que parecia ser automático e impessoal. A burocracia desse sistema era intencional pois dessa forma evitava-se qualquer tipo de conflito direto com as autoridades. Uma entrevista de Prudente de Moraes, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ao Pasquim elucida bem essa situação quando ele afirma:

“Não há um ato escrito , não há uma autoridade que assuma a responsabilidade pela censura , mas são agentes do poder publico que transmitem as ordens. Agora de onde eles vêm? O governo está solidário com eles? Até que ponto/ O governo assumiu realmente a responsabilidade pela que está fazendo? Ou o governo tomou uma posição genérica em relação à censura e na execução de suas ordens os agentes encarregados de escala descendente assumem espontaneamente atitude que o próprio governo pode não está aprovando?”

A censura funcionava de forma tão burocratizada que o entrevistado, Prudente de Moraes, chega a questionar se o próprio presidente teria ou não consciência dos abusos cometidos contra a imprensa brasileira.

Apesar de toda essa organização do Estado no intuito de legitimar o Regime, havia focos de resistência na sociedade, que dentro do possível

procuravam manifestar suas insatisfações. Um exemplo claro dessa resistência pode-se encontrar na pequena imprensa ou imprensa alternativa.

O controle do estado sobre a grande imprensa mostrava-se mais eficaz do que sobre a imprensa alternativa, pois aquela tinha com o estado uma forte relação de interesses, cabendo a ela uma postura de obediência. O estado era uma das grandes fontes de publicidade da grande imprensa. Retirar anúncios era uma das formas encontradas pelo governo para punir esses órgãos. Grande parte dos equipamentos e do papel de imprensa eram importados e os preços atingidos diretamente pela política de comércio exterior, o que deixava a imprensa ainda mais dependente do estado, necessitando muitas vezes de empréstimos para a aquisição de materiais.

A imprensa alternativa por ser de pequena circulação e sua renda em grande parte proveniente da venda de suas publicações, dependia muito menos da publicidade oficial, portanto o estado buscou outras formas de atingi-la.

Quando o governo não tinha os seus próprios anúncios para retirar da publicação ele pressionava as empresas privadas para retirarem os seus. Confiscar os exemplares de jornais antes da distribuição também foi uma forma encontrada pelo estado para atingir diretamente a imprensa alternativa.

Com todas as formas de cerceamento da liberdade de imprensa criadas pelo Regime Militar a grande imprensa via-se diretamente atingida na elaboração de sua pauta, na escolha das fontes, enfim em tudo que seria publicado. O mesmo também ocorria com a imprensa alternativa, embora a situação fosse encarada de forma bem peculiar, pois enquanto a grande imprensa praticava a autocensura, selecionando suas fontes e matérias a serem publicadas, com o cuidado de não contrariar o regime, a imprensa alternativa encontrava-se na contramão, elaborando sua pauta com base no que realmente poderia atingir a estabilidade do regime ou que pelo menos não veiculasse a ideologia deste.

Tentar emperrar o trabalho investigativo e crítico da imprensa era o principal objetivo do Serviço de Informação do Exército (CIEEX). Em setembro de 1978 foi preparado um documento que propunha a execução de auditorias financeiras que atingiram principalmente as publicações pequenas, pois estas em grande parte não obedeciam as normas e leis fiscais. Por meio dessas

auditorias o estado atingia os seu objetivo de controlar a imprensa, sem contudo, ser acusado de cercear a liberdade de imprensa .

O documento também registrava que uma publicação poderia ser cancelada caso apresentasse dívidas para com o Tesouro Nacional, o que atingia a maior parte dos jornais alternativos.

O objetivo do CIEX com esse documento era essencialmente perseguir, desestabilizar e até mesmo acabar com as publicações que fossem consideradas subversivas pelo regime. É o que a cientista Anne-Marie Smith afirma no seguinte trecho:

“O CIEX sabia muito bem o que estava fazendo. Sua meta era obstruir a imprensa: sua estratégia a perseguição de caráter financeiro”

Todas essas estratégias utilizadas pelo estado dificultaram o trabalho de jornalistas , que viam-se ainda mais limitados pela dificuldade em obter notícias de autoridades e do governo como um todo. A imprensa não tinha acesso a indivíduos do governo que pudessem transmitir alguma informação, estas só eram divulgadas quando era de interesse do governo e ainda assim com muitas restrições.

O contato dos repórteres com o governo limitava-se aos assessores de imprensa, que liam em voz alta ou reproduziam em toca-fitas as informações, sem a possibilidade de questionamentos por parte dos jornalistas .

O controle da imprensa passava também pelo impedimento do exercício da profissão por parte de alguns jornalistas . Geralmente aqueles que mais se destacavam na profissão ou os que eram vítimas de processos judiciais eram proibidos de trabalhar tendo credenciais negadas pelo governo, pois jornalistas que fizessem a cobertura de alguma repartição do governo tinham que ser selecionados por algum órgão de segurança ou informação, que poderia fornecer ou não as credenciais a determinados jornalistas.

Além de todas essas modalidades de controle da imprensa havia ainda duas formas por meio das quais o estado agia mais diretamente sobre

a imprensa, trata-se do que ficou conhecido como autocensura e censura prévia.

A expressão autocensura pode ser considerada imprópria para designar o que de fato acontecia. Tal denominação leva a crer que a imprensa censurava a si própria, porém, na realidade a autocensura foi imposta pelo Regime.

A Polícia Federal expedia os assuntos proibidos de serem divulgados, formando-se listas de temas interditados, nas quais sempre constavam: operações dos órgãos de repressão política; manifestações contrárias ao AI-5; notícias relativas à censura e críticas à política econômica.

Cientes dos assuntos proibidos os órgãos de comunicação deveriam acatar sem resistência às determinações, que geralmente vinham através de telefonemas anônimos e bilhetes não assinados, fator que diferenciava a autocensura da censura prévia, pois esta contava com a figura de um censor da Polícia Federal interferindo diretamente na produção do órgão de imprensa.

A censura prévia era aplicada aos veículos de informação que despertavam maior desconfiança por parte do regime, era o caso das revistas masculinas, que sofriam um controle moral, parte da grande imprensa como Tribuna da Imprensa, Estado de São Paulo e Veja, e por fim, jornais alternativos como Movimento, Opinião e Pasquim, devido às críticas que faziam ao Regime Militar.

Esse tipo de censura era conduzida por censores da Polícia Federal, que dentro dos órgãos de imprensa vetavam e autorizavam publicações, mas esse trabalho poderia ser realizado, também, pela Polícia Federal em Brasília . Essa situação pôde ser observada na trajetória do Pasquim, pois a princípio havia a presença de um censor dentro do jornal, porém houve um momento em que um exemplar do jornal deveria ser enviado para a Polícia Federal de Brasília onde seria examinada antes de circular.

Os censores examinavam tudo: reportagens, manchetes, editoriais, publicidade, obtuários, legendas, charges, anúncios. Rabiscavam frases, parágrafos e muitas vezes toda a reportagem, utilizando carimbos para demonstrar o que estava: “vetado”, “com cortes”, “liberado”.

O jargão marxista estava sempre na mira dos censores. Independente do contexto palavras ou parágrafos onde aparecessem termos como classe burguesia, proletariado, luta de classe, estavam passíveis de cortes.

Todo esse processo envolvia aumento de custos sobre as publicações, que muita vezes perdiam a maior parte de suas matérias, sendo proibida a substituição das mesmas. No espaço das matéria cortadas muitos jornais publicavam receitas de culinária ou poemas. Ziraldo, cartunista do semanário Pasquim, descreve o cotidiano das publicações submetidas à censura prévia brasileira:

“O jornal é enviado na sexta-feira para Brasília, com volume de matérias até quatro vezes maior do que o que será aproveitado. Só retorna às nossas mãos na terça ou quarta, para ser impresso na sexta seguinte, uma semana depois de enviado à capital, para circular na terça-feira, onze dias depois de iniciada sua confecção. Por tudo isso ficamos com apenas dois ou três dias contínuos para a confecção de todo um semanário ilustrado de trinta e duas páginas, o que é um prazo irrisório. Acresce a isso que todo o material enviado à Brasília tem que ser composto antes do seu retorno, para ganharmos tempo e, por essa razão, perdemos mais de 50% de material que tem que ser pago todas as semanas, e nosso custo aumenta, na medida que temos que tirar caríssimas cópias xerox de todo o material ilustrado, etc. e etc.”

Os obstáculos criados pela censura e as dificuldades, levantadas por Ziraldo, em dar continuidade às publicações levavam muitos órgãos de imprensa a fecharem as portas, o que pode explicar a brevidade de muitos jornais alternativos.

É interessante observar também a visão de um censor - Coriolano Fagundes- sobre o trabalho que executava:

“Era um trabalho mecânico. Você tinha que ter uma vista muito boa e memória, ou então levava uma listinha. Às vezes com palavras que não podiam ser faladas (...) Não importa o contexto, a palavra não podia sair (...) Nos davam uma lista de palavras. E nomes. Então você tinha que ler a prova pela madrugada adentro, decorando

aquelas palavras, decorando aqueles nomes.”

Observa-se no depoimento do censor Coroliano Fagundes, a arbitrariedade desse sistema de censura que, por vezes, proibiam publicações que nada tinham de subversivas, enquanto por outro lado faltava aptidão por parte dos censores em perceberem em matérias ou cartuns, aparentemente inofensivos, a verdadeira “subversão”.

A maior parte da grande imprensa praticante da autocensura passou a sufocar e vetar o trabalho de diversos jornalistas e humoristas. Tolhidos e impossibilitados de trabalhar muitos sentiram a necessidade de criar suas próprias publicações, independentes, o que resultou no crescimento da pequena imprensa.

As pequenas publicações surgiram financeiramente frágeis com relação às grandes empresas que compunham a grande imprensa e tornaram-se ainda mais frágeis com a ação da censura sobre elas. Muitos desses folhetins não passaram sequer do primeiro número, vítimas que eram da censura e dos problemas financeiros, porém neste meio pode-se dizer que O Pasquim foi uma exceção, pois, mesmo surgindo em um momento tão conturbado para a imprensa brasileira prosperou atingindo uma circulação nacional considerável. Certamente uma das publicações mais bem sucedidas da imprensa alternativa.

O fato de O Pasquim ter constituído uma exceção, dentro da pequena imprensa, no que tange a durabilidade e o número de exemplares em circulação, não significa dizer que também tenha sido uma exceção quanto a ação da censura. O jornal assim como os demais estava sujeito a diversas punições, pode-se até dizer que ele sofreu as mais diversas formas de repressão criadas pelo sistema; passou pela censura prévia (com censores dentro da própria redação), pela censura da Polícia Federal de Brasília, por apreensões de exemplares, pela prisão da equipe, enfim, apesar de todos esses empecilhos O Pasquim conseguiu se manter e inovar.



## Capítulo II

### O PASQUIM RESISTE E INOVA

O jornalista Perseu Abramo, ao fazer uma análise da conduta do jornalista chega à conclusão de que a maioria desses profissionais, que trabalham na grande imprensa, abre mão de sua consciência social em prol dos interesses da empresa na qual se encontram. E como trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho para a defesa dos interesses da burguesia. A conduta ideal para um jornalista, como tendência a ser conquistada, seria de acordo com Perseu Abramo a de um jornalista que assuma sua posição de classe - a classe assalariada - e que assuma também diante de seu público leitor o compromisso de contribuir para a intensificação da comunicação social de forma crítica.

Por fim, Perseu Abramo aponta como uma possível saída, para os jornalistas assumirem a conduta ideal, o afastamento dos mesmos da condição de assalariados e que busquem montar pequenos periódicos na forma de cooperativas. Dessa forma o jornalista poderia agir mais “livremente”, pois não estaria submetido aos interesses dos proprietários dos meios de comunicação.

E foi com este objetivo, de não estarem presos e limitados pela grande imprensa, que durante o Regime Militar alguns jornalistas e

humoristas impossibilitados de trabalhar devido à autocensura, praticada por esses órgãos, tomaram a atitude que de acordo com Perseu Abramo seria uma possível saída para que os jornalistas chegassem a uma conduta ideal. Deixaram de trabalhar para as grandes empresas e criaram pequenos periódicos.

Nesse contexto surge O Pasquim, em junho de 1969, pouco depois da edição do AI-5. Um momento em que toda a imprensa está submetida à censura, a imprensa alternativa passava não apenas por sérias dificuldades financeiras, mas também por dificuldades em publicar matérias, enfim, um período que em nada favorecia à prosperidade da pequena imprensa. A princípio pretendia-se formar uma cooperativa entre os humoristas e jornalistas colaboradores do jornal, porém a opção final do grupo foi por um sistema de cotas que assim como a cooperativa atendesse ao princípio básico de não hierarquização, que na proposta de Perseu Abramo seria o ideal e que era o objetivo dos fundadores do Pasquim: um jornal de humor e crítica onde não houvesse patrão determinando as funções de cada um e o que poderia ou não sair no jornal.

O Pasquim já nasce inovando, começa por quebrar todas as formalidades da grande imprensa e tem sua origem em meio a encontros de amigos nos bares do Rio de Janeiro, dentre eles pode-se citar Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Cláudius, Carlos Prospero e Luiz Carlos Maciel. Mas o sucesso do projeto reflete na sua organização e dinâmica, por isso ao longa da existência de O Pasquim surgiram novos colaboradores como Ziraldo, Ivan Lessa, Millôr Fernandes, Henfil, Paulo Francis entre outros. Havia também outros colaboradores eventuais como Caetano Veloso, Chico Buarque, Chico Anísio, Ferreira Gullar, Odetti Lara, Vinícius de Moraes, Glauber Rocha, Cacá Diegues...

Planejado como um jornal do bairro de Ipanema do Rio de Janeiro O Pasquim não se reduziu a mais um jornal bairrista, suas críticas pontuais repercutiram de forma universal, conseguiram atingir o ponto de convergência de visão de jovens e artistas de todo o país. O sucesso da publicação surpreende o próprio grupo e cresce a venda de exemplares a cada número até se estabilizar em torno de 200 mil exemplares. A essa altura O Pasquim já atingia o âmbito nacional.

A pequena imprensa de forma geral tinha grandes dificuldades em sobreviver às perseguições e punições ocasionadas pela censura. O Pasquim não ficou imune a toda essa problemática e surge do não conformismo de jornalistas e humoristas que insatisfeitos com a postura da grande imprensa, praticante da autocensura, sentem a necessidade de criarem um jornal independente só de humoristas.

Era evidente que por ter nascido praticamente junto com o AI-5 O Pasquim seria extremamente limitado, e por se tratar de uma publicação independente seria ainda mais perseguido pelos órgãos da censura. Mas apesar das dificuldades a criatividade foi o forte e o diferencial do Pasquim, e certamente foi o que contribuiu para o seu sucesso e para a sua sobrevivência por um período mais longo que as demais pequenas publicações.

A forma de organização dos integrantes de O Pasquim possibilitou uma maior “liberdade”, ainda que muito limitada pelas circunstâncias, ao menos era maior que a possibilitada pela grande imprensa. Estabeleceram uma sociedade por cotas quebrando toda a hierarquia existente em uma empresa convencional, sendo todas as decisões tomadas em patota - como eles mesmos se definiam - ou seja não havia patrão.

No primeiro número o jornal é apresentado aos seus leitores com a seguinte definição na capa:

“O Pasquim surge com duas vantagens: é um semanário com autocrítica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais e que, como os donos do jornal não reconhecessem tal fato em termos financeiros, resolveram ser empresários”.

Com essa definição já era possível reconhecer o perfil do jornal. Ao definir-se como um jornal de autocrítica evidencia-se a “liberdade” dos integrantes da patota em emitir opiniões acerca das matérias publicadas, no próprio jornal, sem os pudores da neutralidade e objetividade presentes na grande imprensa.

Na seção denominada “Escreve o leitor”, onde aparecia o Sigmund (personagem criado por Jaguar e que se tornou o símbolo do Pasquim) dizendo: “A bronca é livre no Pasquim”, os leitores tinham o espaço para emitirem suas opiniões sobre o jornal. No primeiro número, como os

primeiros leitores foram obviamente os próprios colaboradores, a bronca vem de um dos integrantes da patota, Millôr Fernandes. Ele reclamava a Carlos Prospero, diretor do Pasquim, o fato de terem cortado seu artigo:

“Meu caro Sr. Claujatarproca, diretor desse Pasquim: eu não gostei de vocês cortarem meu artigo não. Se vocês começam a censurar-me desse jeito, como é que vou conseguir fechar a revista (...) Eu escrevo um artigo bacana às pampas, onde digo o que estou pensando e vocês vão e acham que assim também é demais?”

A declaração de Millôr ao mesmo tempo que demonstra uma inovação dentro de uma publicação jornalística, ao abrir espaço para a autocrítica, evidencia também a preocupação da patota com as possíveis retaliações que poderiam sofrer. Millôr, ousado, ao querer falar do governo logo no primeiro número teve seu artigo cortado, afinal a proposta de O Pasquim não era, pelo menos a princípio, ter como tema central a política, pois o momento não favorecia tal empreendimento. Várias outras publicações foram fechadas já nos primeiros números devido à postura política que adotaram.

Claro que O Pasquim não ficou imparcial a questão política, mas de forma inovadora mandava seu recado e resistia à ditadura. Propagando uma contracultura o jornal mostrou-se uma alternativa tanto à cultura estabelecida quanto à cultura oficial de esquerda.

Os alvos atingidos por sua crítica eram o regime militar, a classe média e a grande imprensa. Para tratar de tais assuntos era imprescindível o humor e a criatividade, pois nesse momento tentar fazer uma crítica séria certamente traria problemas com a censura. Muitas vezes os leitores mais desatentos sequer percebiam a crítica embutida nos cartuns ou nas matérias, o que ocorria até mesmo com os próprios censores.

Na impossibilidade de tratar das questões políticas nacionais tratava-se das internacionais, mas com claras alusões a questão nacional. O Pasquim trazia muitas matérias sobre a guerra do Vietnã, a ida do homem a Lua, o caso Watergate entre outras.

A resistência também era evidente na seção criada por Claudius, na qual eram contadas fábulas que sempre traziam uma moral com alusão

política.

O Pasquim inova mais uma vez no que se refere aos lemas (divisas). Os lemas que alguns jornais escolhiam para marcar o seu perfil tinham uma certa permanência e portanto não se referiam a temas da atualidade, o que dava ao jornal a idéia de uma certa constância, de não variação frente à realidade, transmitindo uma idéia de objetividade.

Como já foi dito O Pasquim não primava pela objetividade e tão pouco pela neutralidade o que refletiu na produção de suas divisas. E criatividade foi o que não faltou para criar lemas diferentes a cada exemplar, uma opção da patota onde já se subentendia uma crítica à imprensa pretensamente objetiva e com uma posição clara e imutável.

Além da mudança constante de lemas estes funcionavam como uma espécie de editorial, onde nos demais jornais encontram-se textos opinativos sobre problemas da atualidade. Se nos outros jornais os lemas não fazem referência a atualidade, no Pasquim os lemas já trazem uma crítica a fatos atuais, mas claro, com o tratamento adequado para não ficar tão evidente. Fazendo uma simples relação de lemas criados pelo Pasquim pode-se compreender um pouco da situação vivida no país e pelo próprio jornal:

“Aos amigos tudo; aos inimigos justiça.” (nº 1)

38) “O Pasquim sabe de tudo e não quer entrar em detalhes.” (nº

“Sig resiste a tudo, de fio a pavio.” (nº 39)

45) “O Pasquim - um jornal de oposição ao governo grego.” (nº

“Apesar dos pesares”. (nº 74)

“Uma coisa é certa: lá dentro deve estar muito mais engraçado do que aqui fora.” (nº 75)

“Tesoura sim! Alicates não!” (nº 187)

“O Pasquim - um jornal que separa o joio do trigo e publica só o joio.” (nº227)

310) “O Pasquim um jornal com liberdade de autocensura.” (nº

“O voto é o AI-5 do povo”. (nº 455)

“Quem tem jornal tem medo.” (nº 488)

Pode-se encontrar nessas divisas a história do Pasquim, sua

resistência às proibições da censura e à repressão política. Nos números 227, 310, 187 e 488 observa-se referência à tensão vivida por jornais submetidos à censura e aos cortes de matérias feitos por censores. O lema da publicação nº 39 referi-se à bomba encontrada na sede do Pasquim, um dentre os vários atentados a bomba sofridos pela pequena imprensa de um modo geral. O nº 74 foi logo após a prisão da equipe do Pasquim. E os números 455, 45, 38 e 1 trazem claras referências políticas.

Como afirma José Luiz Braga O Pasquim era um jornal político nas entrelinhas, sem deixar de ser um jornal de crítica aos costumes da classe média. Havia cada vez mais, por parte da patota, uma consciência de continuidade entre o comportamento das pessoas e grupos sociais e o fato político, este tornando-se cada vez mais presente no semanário por meio das críticas feitas a classe média. Nesse aspecto os cartuns se destacaram, muitos personagens foram criados e outros eram anteriores ao Pasquim, como é o caso dos Fradinhos que foram criados por Henfil, mas que neste jornal ganham maior destaque.

O Pasquim fez escola no que se refere ao cartum e as ilustrações. Surgem, no país, novos desenhistas de humor que encontram no Pasquim um espaço para se manifestarem.

Ao contrário de outros jornais os aspectos gráficos e visuais no Pasquim, o desenho (cartuns e outros), têm a mesma importância que a palavra escrita, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo. O “Pôster do Pobres”, por exemplo, é um desenho que ocupa as duas páginas centrais do jornal.

O Pasquim inova também na linguagem, em vez de usar padrões jornalísticos como a copidescagem das entrevistas (uma revisão que elimina do texto as marcas da oralidade) escrevem da forma que é falada e quando impossibilitados de escreverem os palavrões, devido a censura, usavam o \* respeitando a oralidade do entrevistado. Novas expressões também eram criadas pela patota e os leitores acabavam assimilando essas inovações.

O grande diferencial entre o Pasquim e os demais jornais, sejam da grande imprensa ou da “nanica”, é a comunicação direta com o leitor, favorecida e alcançada graças à proposta de inovação pasquiniana. Outros jornais não podendo trazer à tona questões políticas tornaram-se

teorizadores e eruditos demais para a grande maioria dos leitores.

O Pasquim, por sua vez, vem com uma linguagem simples, despojada das formalidades jornalística. Abre espaço ao leitor com a seção de cartas tendo a devida atenção de respondê-las, mesmo que de uma forma não muito agradável, pois a intenção não era convencer o leitor de coisa alguma mas provocá-lo, logo as respostas vinham num tom de agressividade e ironia. Ivan Lessa foi durante algum tempo o responsável por responder às cartas enviadas para O Pasquim.

Nesse momento de repressão e perseguição aos meios de comunicação O Pasquim surge de forma despreziosa sem a intenção de levantar bandeiras, mas com o propósito de mandar o recado por meio do humor, fazendo, assim, uma resistência inteligente que apesar de toda a ginga brasileira usada no sentido de meter-se pelas brecha deixadas pela censura também sofreu com os seus desmandos. A façanha conseguida pela patota, de conseguir atingir um grande número de leitores e sobreviver por tanto tempo, deve-se em grande parte à capacidade de inovar, de inventar formas de resistência que nem mesmo a censura conseguia controlar. A própria forma de organização do Pasquim contribuiu para o seu sucesso, pois apesar de todos os problemas gerados, por essa forma de organização, ele era naquele momento um dos poucos veículos de comunicação que possibilitava algum espaço “livre” para o trabalho do jornalista.

Seria praticamente impossível desenvolver o trabalho realizado pelos integrantes do Pasquim dentro das grandes empresas de comunicação, como praticantes da autocensura acabariam por sufocar todo esse potencial criativo, como fez com os demais jornalistas, tornando-os, como definiu Perseu Abramo, em trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para a defesa dos interesses da burguesia.

## **1- O PASQUIM E O ESPÍRITO ANTIEMPRESÁRIAL**

O jornalista Perseu Abramo propõe a forma de cooperativas para montar pequenos jornais como uma solução para que o jornalista tenha a possibilidade de exercer a “conduta ideal”, contribuindo para intensificar a comunicação social de forma crítica, uma vez que esta postura não é

possível dentro das grandes empresas, que limitam a capacidade crítica do jornalista induzindo-o a trabalhar de acordo com os interesses da empresa e da classe proprietária. Essa limitação da capacidade crítica do jornalista tornou-se ainda maior durante a ditadura militar e com o estabelecimento da censura, a partir de então a formação de pequenos jornais não foi apenas uma opção para aqueles que não queriam estar submetidos aos interesses empresariais, mas a única solução para quem ainda queria manter viva uma consciência crítica e não pretendia compactuar com os desmandos de um regime autoritário. Foi com esse propósito que surgiu O Pasquim, formado por jornalistas e humoristas que buscavam uma organização mais igualitária onde não houvesse um patrão, uma hierarquia a qual estivessem submetidos.

Tal postura incomodava o regime, este autoritário e fundamentado na hierarquia via em jornais como O Pasquim um perigoso instrumento de subversão, sentindo necessidade de criar mecanismos que inibissem e sufocassem essa pequena imprensa que aflorava.

A forma pasquiniana de organização, embora não tenha sido a de uma cooperativa, como na proposta de Perseu Abramo, ao menos atendia a um dos preceitos básicos de sua proposta; a não hierarquização. A forma de organização adotada foi a de uma sociedade por cotas caracterizada pela instabilidade, pois a cada crise a composição acionária mudava.

As crises financeiras dentro do Pasquim não foram poucas. Até mesmo na fase “Dionisíaca” assim denominada por José Luiz Braga, os problemas financeiros do jornal colocavam em risco sua continuidade. Tarso de Castro foi responsabilizado pela confusão administrativa, gerando brigas dentro da patota, resultando em sua saída do grupo. A direção passa, então, para as mãos de Sérgio Cabral, iniciando um período de recuperação do jornal.

No governo Geisel (1974) com a promessa de uma distensão lenta e gradual a censura torna-se mais branda na imprensa como um todo, e a censura prévia do Pasquim é suspensa. Esse Período é caracterizado por José Luiz Braga como o período do “Esforço Liberal”, é um período em que o jornal está em alta.

Na fase posterior o jornal explora a questão da anistia, enfocando



as manifestações em seu favor e a acolhida dos anistiados. Pode-se dizer que nesta fase O Pasquim também esteve em ascensão, centrando-se na questão da anistia, publicando entrevistas dos retornados de exílios ou prisões.

Até 1979 os projetos de anistia elaborados pelo governo eram restritos e deixavam de fora alguns nomes como Brizola, Gregório Bezerra, Luiz Carlos Prestes entre outros. O Pasquim começa, então, a pressionar o governo por uma anistia verdadeiramente ampla e irrestrita. Já prevendo o fim da AI-5, em dezembro de 1978, o regime tentou precaver-se de possíveis pressões feitas pela pequena imprensa e já em setembro o Centro de Informação do Exército havia elaborado um documento que previa a execução de auditorias financeiras, apreensão e o cancelamento de publicações. Uma forma de punir e controlar a pequena imprensa, uma vez que a censura prévia já havia sido abolida.

As autoridades tinham consciência de que a apreensão de jornais, no caso da pequena imprensa, ocasionaria o enfraquecimento da mesma, pois desarticulava sua organização desestimulando, assim, jornalistas e leitores, além de desferir contra a pequena imprensa um golpe no que se refere às finanças, devido aos prejuízos causados pela perda do material e da confiabilidade dos anunciantes.

É neste contexto que o Pasquim sofre a apreensão do nº 559 ao trazer a divisa: “1 ano da abertura de Figueredo”. Este número referia-se ao governo de Figueredo que completava um ano (1980), e o jornal como um todo trazia fotos e montagens que satirizavam o momento. A apreensão deste número causou um grande prejuízo ao jornal, em um momento que este já passava por grandes dificuldades financeiras devido ao aumento de custos da gráfica e limitações na cota de papel de imprensa.

A junção de fatores como os problemas econômicos, a perseguição do governo à saturação do tema da anistia e aos atentados à bomba que acabam intimidando os pontos de venda ocasionam uma queda de 40% na venda do jornal. A campanha da anistia fica conhecida, até mesmo entre os integrantes da própria patota, como a última grande fase do Pasquim.

O jornalista Bernardo Kucinski afirma que por duas vezes a patota

obteve ganhos que poderia ter transformado o Pasquim em um dos grandes grupos editoriais do Brasil, o que não ocorreu devido a inapetência empresarial do grupo. As constantes crises econômicas pelas quais passava o Pasquim resultam, portanto, não apenas das pressões exercidas pelo regime, mas também devido a um espírito antiempresarial dos jornalistas do Pasquim. A forma como nasceu o jornal já foi um prelúdio de seu desenvolvimento, ou seja, ele nasce dos encontros de amigos nas mesas de bares de Ipanema e se desenvolve regado a bebidas, restaurantes, viagens, enfim, não havia por parte da patota o interesse em investir no jornal.

Bernardo Kucinski afirma, por exemplo, que quando surgiu a oportunidade de comprar um parque gráfico, em uma situação vantajosa, os dirigentes do Pasquim recuaram.

Esse espírito antiempresarial reflete na construção e na organização das matérias produzidas, pois, uma vez que não há a estrutura de uma empresa não existe uma pauta, é o que afirma José Luiz Braga: “...para que exista uma pauta é necessário que a equipe do jornal seja organizada em termos de divisão do trabalho e de hierarquias.” Porém, a produção do Pasquim apesar de não passar pela construção de uma pauta, não pode ser vista como a simples soma de contribuições individuais, pois, na ausência da pauta como elemento integrador, a organização em “patota” desempenhou essa função.

## **2- PATOTA: uma forma original de organização e produção de matérias**

Os jornais convencionais são produzidos a partir de uma pauta, onde são estabelecidos assuntos, matérias, ângulos a serem focalizados. O espaço do jornal também passa a ser identificado de acordo com o assunto (política, economia, cultura, esporte) diante destas e de outras diretrizes como a objetividade e a neutralidade as matérias mostram-se impessoais, não há espaço para as peculiaridades de cada jornalista, seus traços característicos, sua personalidade, enfim o que deve transparecer no papel é a pauta fria.

O Pasquim traz uma nova forma de organização, uma alternativa, a Patota, que ao contrário do que muitos pensam não se trata de uma desorganização, mas de uma nova modalidade de organização não

burocrática. Pode-se extrair dessa nova forma de organização proposta pelo Pasquim uma crítica ao regime vigente e à falta de um projeto alternativo para o país. A patota passava, então, a simbolizar a negação da necessidade da hierarquia, da obediência, enfim da necessidade da ditadura. É o que afirma José Luiz Braga:

“Se não existe, nos primeiros anos de 68, nenhum projeto alternativo para o país em termos abrangentes, isto não exclui, para o jornal, a existência de um programa que é o de evidenciar (nos limites do possível) as condições do governo. Esse programa passa pelo desenho e pelo texto do jornal - nas entrelinhas - mas está presente também no seu próprio funcionamento, que é assim como que o símbolo de uma ordem alternativa. Enquanto a ordem política se define pela hierarquia e pela obediência, o jornal funciona em termos da autonomia e igualdade entre seus colaboradores.”

A produção da pauta só é possível diante de uma organização hierárquica, onde a cada jornalista é delegada uma determinada função, ou seja a cada um caberá trabalhar um elemento específico da realidade social como a economia, a política, a cultura. No Pasquim os jornalistas trabalham de acordo com as preferências pessoais, que acabam determinando a escolha dos fatos que serão abordados, por isso, muitas vezes, ao longo do jornal há a recorrência de um mesmo assunto.

Um outro aspecto notável de uma patota é a falta de rigidez quanto aos integrantes. Enquanto em uma equipe tem-se um grupo estável e limitado, a patota aproxima-se de uma comunidade. Diversos colaboradores agregam-se ao núcleo central, que são os principais redatores, porém sem que haja necessariamente um vínculo estável com a patota. Por ser um grupo permeado por relações pessoais tornava-se fácil encontrar indivíduos afins que também se proclamassem integrantes da patota do Pasquim, era o caso de leitores e entrevistados.

Apesar de transparecer uma idéia de desordem e de uma soma de idiosincrasias, a patota, assim como a pauta, desempenhava a função de elemento integrador dentro do jornal. Ela definiu o perfil, a identidade e o estilo do Pasquim. É o que esclarece José Luiz Braga:

“Sua produção obedece a um princípio ordenador, que é o da patota que o faz. Embora esse princípio sofra variações em suas dominantes integrativas através da história do jornal, ele lhe dá sempre uma identidade, um perfil que garante uma continuidade de número a número mesmo na ausência de uma pauta.”

O organização em patota possibilitou aos jornalistas do Pasquim trabalharem com suas preferências, transparecendo uma dose de personalidade o que fez com que as matéria do jornal fossem identificadas pelos autores. O artigo de um mesmo autor poderia enfocar diversos tema, política, problemas sociais, cultura, ou seja o autor não devia obediência a uma pauta, o que dava ao Pasquim o caráter de uma coleção de ensaios, mais próximo de uma revista cultural. Porém dois fatores o fazem ser caracterizado como um jornal de interesse geral, como afirma o jornalista José Luiz Braga, o fato de abordar problemas sociais concretos com perspectivas políticas e sua ligação com a atualidade. Esses fatores fazem com que o jornal apesar de não ser uma revista de ensaios ou um jornal noticioso seja informativo e interpretativo.

Longe da objetividade e da neutralidade as matéria publicadas pelo Pasquim traziam marcas bem pessoais do autor, suas opiniões e características de sua fala - devido a opção por não fazer o *copy-desk*, ou seja colocar na linguagem jornalística, uma espécie de padronização. Dessa forma a confiabilidade da informação passa a estar diretamente relacionada à imagem do jornalista. Enquanto os grandes jornais usam uma infinidade de técnicas que asseguram ao leitor a confiabilidade da informação (fontes, citação textual etc) O Pasquim utiliza a imagem de um autor bem informado sem a preocupação de explicitar sua fontes. Para elucidar essa situação é interessante ler uma nota escrita por Millôr Fernandes na seção “As Dicas”:

“Olha aqui leitor: no número passado eu dei umas notas metidas a entendidas ( ambas as notas saíram ininteligíveis donde o leitor podes pensar que eu realmente entendo daqueles assuntos) mas quero deixar bem claro, bem explicito que eu não entendo nada de coisa nenhuma. Aquilo ( sobre Beckett e sobre Cem Anos de Solidão) é pura

opinião, isto é, opinião impura. Nós aqui do Pasquim, acreditamos em especialização. Os entendidos, aqui, são o Paulo Francis e o Luís Carlos Maciel. E isso é mais uma coisa que eu e o Tarso não entendemos.”

Millôr evidencia a presença da opinião nos textos pasquinianos, fazendo inclusive uma crítica àqueles que acreditam que só especialistas podem abordar determinados assuntos como ocorre nos grandes jornais.

Além da personalidade um outro fator marca os textos pasquinianos: o discurso do jornal, que parece sempre ser dirigido a alguém. Um artigo falando ao leitor, um colaborador dirigindo seu texto a outro jornalista, um jornalista comentando a produção de outro. Uma matéria publicada após a prisão dos redatores do Pasquim exemplifica bem esse “discurso dirigido a alguém”, neste caso ao leitor:

“Pode ser que você não tenha entendido nada, leitor amigo, e embora eu também não vou tentar lhe dar explicações mais claras. O surto de gripe, de há muito anunciadas pelos jornais tinha atingido o Oriente Médio, assolado a Grécia, depois de passar por parte da Itália e pela Tcheco-Eslováquia. Mas no território livre da Clarisse Indio do Brasil, todos estavam desprevenidos porque, tudo gente muito saudável, ninguém tinha o menor receio de ser atingido. De repente começaram as baixas. (...) Por isso O Pasquim passado saiu tão desfalcado. (...) Esperávamos, já nessa edição contar com a equipe habitual (...) mas, como os dias passaram e os nossos companheiros não receberam alta (nem baixa) resolvemos apelar para a colaboração de alguns dos nossos mais acirrados amigos. (...) Desse modo, ainda profundamente emocionado diante do “rush” de solidariedade (...) ao mesmo tempo que peço ao leitor imensas desculpas por não conseguir manter o jornal no baixo índice intelectual a que já se acostumaram, eu me assino, agradecido, o sempre vosso SIG NIFI CATIVO.”

Com muita criatividade foi possível deixar o leitor informado do que havia acontecido - a prisão da patota -, claro que nas entrelinhas já que o jornal não poderia fazer referência a tal fato. De forma sutil o recado foi dado, e para não deixar dúvidas de que o leitor o compreenderia a frase final que aparece em letras destacadas, SIG NIFI CATIVO, explicava tudo: cativo era assim que se encontrava cada um dos elementos da patota.

A entrevista pasquiniana também é caracterizada por essa

organização inovadora - a patota. Ela era feita pelo grupo e os entrevistados envolviam-se de tal forma com os entrevistadores que passavam a fazer parte da patota. Estes davam-se o direito de emitir opiniões tecer comentários ao longo da entrevista, transformando-a em uma conversa de um grupo de amigos.

As entrevistas feitas com Leila Diniz e com Fernando Gabeira elucidam bem as características de uma entrevista feita pela patota.

Antecedendo-a sempre vinha um trecho explicando como ela aconteceu, alguns comentários sobre o

entrevistado e enfatizando sempre o ambiente descontraído em que elas foram feitas:

“Não sei porque eu disse Milton, para esse carro aí e vamos dar uma voltinha pelos “Champs Elysées” (...) Parece que foi uma coisa programada, o tempo exato de parar o carro(...)os passos certos da travessia da avenida , tudo calculado para que, fazendo um outro calculado trajeto, a gente pudesse dar de cara um com o outro. Eu dei de cara com Fernando Gabeira.

Meu conterrâneo Fernando Gabeira, meu corajoso amigo Gabeira, seu sorriso de santo, seus lisos cabelos caídos na testa - todos pretos ainda - seus “oclinhos”, seu jeito calmo, seu braço enorme, emocionado, interminável.

Tudo o que conversamos nos dias que se seguiram está resumido nesta entrevista que vocês vão ler. Pedi a casa do Milton [Milton Temer], seus queijos e seus vinhos, para fazer a entrevista. E já que, a cada minuto, encontrava um brasileiro no meu caminho, convidei para me ajudarem, o Darcy Ribeiro, o José Maria Rabelo ( da livraria brasileira em Paris), o Geraldo Mayrink, da *Veja* (que também topei por lá) e, naturalmente, o Milton que, junto com minha mulher, atacou de fotografo.

Sentado numa mesa redonda, num calmo apartamento de um *banlieu* de Paris eu gravei - em todos os sentidos - a entrevista mais emocionante de que participei no Pasquim. Uma entrevista que eu queria que todos os brasileiros lessem. Todos. Meus filhos, principalmente. (Ziraldo)”

Ziraldo deixa evidente em sua entrevista a empolgação por ter

encontrado Fernando Gabeira em sua viagem à França, mostrando-se totalmente parcial e envolvido afetivamente com o entrevistado. Procurou também evidenciar o ambiente da entrevista como um momento em que amigos de longa data sentam-se à mesa para conversar, neste caso, sobre exílio, tortura, seqüestro de embaixador entre outros assuntos.

A entrevista de Leila Diniz foi apresentada da seguinte forma:

“Leila Diniz é chapinha d’O PAQUIM e sua entrevista é mais do que na base do muito à vontade. Durante duas horas ela bebeu e conversou com a equipe de entrevistadores, numa linguagem livre e portanto, saudável. Seu depoimento é o de uma moça de 23 anos que sabe o que quer e que conquistou a independência na hora em que decidiu fazer isto. Leila é a imagem da alegria e da liberdade, coisa que só é possível quando o falso moralismo é posto de lado.”

Esse entrevista foi a pioneira em muitas inovações da entrevista pasquiniana. Como foi dito, no começo da entrevista, tratava-se de uma conversa numa linguagem livre. Os palavrões não foram cortados, mas foram substituídos por asteriscos. Há, inclusive, um comentário, do Sig, no início da página no qual é atribuída a ele a seguinte fala:

“Cada palavrão dito pela rósea boquinha da bela Leila foi substituído por uma estrelinha, é por isso que a entrevista dela até parece a via látea .”

As fotos também contribuía para demonstrar esse ambiente, elas davam a idéia da dinâmica e do movimento da entrevista. A cada página uma foto acompanhava o movimento dos entrevistados, a expressão facial, como no caso da Leila Diniz que aparece de toalha enrolada na cabeça (demonstrando ter acabado de sair do banho) e gesticulando enquanto falava. Na entrevista de Fernando Gabeira as fotos exploraram o ambiente em que os amigos sentados à mesa compartilhavam bebidas e cigarros.

Eram entrevistas grandes, dialogadas, provocativas, fazendo uso da oralidade, respeitando a fala do entrevistado, até mesmo o palavrão e quando não era possível substituindo este por um asterisco , ou ainda por

variações dos termos originais, criadas pelo grupo.

Ao observar todos esses fatores que caracterizam o estilo pasquiniano e que fazem da patota um elemento integrador dentro do jornal, desarticula-se qualquer idéia de que o Pasquim não teria passado de uma soma de idiosincrasias , de um periódico desarticulado e desorganizado. Ao contrário a patota propiciou ao jornal uma identidade e um perfil tão bem definidos que sem dúvida influenciou a imprensa como um todo deixando marcas de suas inovações.

### **Capítulo III**



## **A CENSURA PRÉVIA SOBRE O PASQUIM E O TRABALHO DA PATOTA PARA DRIBLÁ-LA**

O trabalho em patota contribuiu muito para a sobrevivência do Pasquim durante a censura prévia, esta viabilizada pelo AI-5 e regulamentada pelo Decreto nº 1077 (26/01/1970). Ficava estabelecido que caberia ao Ministério da Justiça, através do Departamento da Polícia Federal, exercer a censura a livros e periódicos que infringissem a proibição de publicações contrárias a moral e aos bons costumes.

O Pasquim manifesta-se acerca desse decreto com o artigo “o Sexo do Pasquim”:

“Quando escrevemos, o decreto do Governo vetando publicações e outras formas de licenciosidade ainda está por ser regulamentado, mas na exposição de motivos e intenções já merece comentário: claro, sem a mais remota esperança de mudar a ordem das coisas, porém instrutivo para os fieis leitores d’o Pasquim, que representam o Brasil pelo qual respondemos. Primeiro a resposta à pergunta que todos nos fazem. **NÓS NÃO NOS SENTIMOS VISADOS OU ATINGIDOS PELAS PROMETIDAS RESTRIÇÕES DO GOVERNO.** Isto aqui é um semanário de assuntos gerais. Trata de política internacional, de filosofia, de crítica de artes, costumes e maneiras (...)

O Ministro Buzaid nos deixou intrigados ao descrever (o que ele chama de) publicações licenciosas como parte de um complô comunista para destruir a família (...) Ministro, nada disso (...) pornografia, sr. Ministro, é produto da repressão e não da liberalização da sexualidade (...) A liberdade sr. Ministro, é a liberdade de quem pensa diferente de nós.”

José Luiz Braga analisa este artigo como uma manifestação ingênua, por parte da patota, por acreditar que discordar naquele momento era normal e aceitável, e também por acreditar que tal decreto visava

censurar apenas o que ferisse a “moral e os bons costumes”. Lendo mais atentamente pode-se ir além de tal observação, pois da mesma forma que o decreto previa a censura a qualquer publicação que atentasse contra a moral sem referir-se à censura política, a patota acabou por fazer o mesmo jogo, claro que de forma irônica referindo-se também apenas a moral e os bons costumes. Primeiro afirmando que não se sentia atingida pelas restrições do Governo e em seguida questionando os argumentos do Ministro Buzaid de que publicações licenciosas fariam parte de um complô comunista, para isso o artigo traz diversos exemplos que contrariam a afirmação do ministro. Portanto, não há ingenuidade por parte da patota, mas a consciência de que a preocupação do regime não era exatamente o puritanismo, e ao destituir a validade dos argumentos usados para a legitimação do decreto, o artigo do Pasquim faz ressaltar aos olhos do leitor que o Decreto Lei nº 1077 tinha objetivos que iam além dos mencionados pelo Ministro, ou seja trava-se também de uma censura política.

Uma vez regulamentada, a Censura Prévia passou a ser exercida especialmente nos periódicos que despertavam maior desconfiança por parte do regime, dentre estes inclui-se o Pasquim.

Pequenas provocações, aos militares, eram lançadas pelo Pasquim, entre elas muitos cartuns e entrevistas que eram declaradamente contra o regime como é o caso de D. Helder Câmara que foi capa do nº 40 (em março de 1970). No mesmo mês foi colocada uma bomba na sede do Pasquim, um indício de que o jornal incomodava muita gente. E, em junho do mesmo ano foi introduzida a censura prévia no jornal.

Os censores eram colocados dentro das redações com o intuito de agirem diretamente sobre o que era produzido pelos meios de comunicação, eram policiais, intelectuais e até mesmo jornalistas. É nesse sentido que chama atenção a historiadora Beatriz Kushnir, na tentativa de desconstruir o mito de que os censores eram algozes despreparados intelectualmente. A autora afirma que existia a preocupação com o preparo e a atualização dos censores que eram reciclados periodicamente em cursos de aperfeiçoamento e especialização na Academia Nacional de Polícia desde 1966.

Dentro dessa estrutura acadêmica, de acordo com a autora, o Coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho ministrou técnica de censura; o censor

Coroliano Fagundes, Direito Aplicado; e a atriz Sylvia Orttof, professora de técnica de censura em teatro, que a partir de 1976 passou a ser Maria Clara Machado.

Beatriz Kushnir, procura mostrar, então que “a censura jamais foi caótica e que os censores tinham conhecimento e voz de comando acerca da direção a tomar.” Portanto, a Censura Prévia dentro dos jornais realmente funcionava, e no caso do Pasquim só com muita criatividade foi possível conviver com censores dentro da redação.

Foi nesse contexto que chegou à redação do Pasquim a censora Marina de Almeida Brum Duarte. Ziraldo ao descrever a relação estabelecida entre a equipe e a censora, afirmava que tratava-se de uma pessoa cordial, que gostava de beber com a patota enquanto trabalhava e em meio a tudo isso ia aprovando as matérias, até o dia em que aprovou um cartum do Ziraldo em que ao reproduzir o quadro de Pedro Américo atribuindo a seguinte fala a D. Pedro: “ Eu quero é mocotó”, acabou por desagradar os militares e foi destituída do cargo.

Jaguar também descreve o trabalho com dona Marina, (como eles a chamavam):

“Veio uma senhora chamada dona Marina, que nós descobrimos que tinha um ponto fraco: gostava de beber. Todo dia a gente botava uma garrafa de scotch na mesa dela e depois da terceira dose ela aprovava tudo. Resultado: foi despedida.. no lugar dela entro o general Juarez Paz Pinto (...) Já era aposentado como General mas estava inteirão, enxuto, cheio de namoradas (...) ele recebia a gente numa *garçonnière*. (...) De vez em quando chegavam umas meninas lá, ele apresentava a gente visivelmente orgulhoso, ‘esse aqui é o Jaguar, de O Pasquim, o Ivan Lessa, estou aqui censurando O Pasquim, vai lá pro quarto que daqui a pouco eu vou. Mas aí ele evidentemente ficava nervoso, a gente espichava as discussões e, para evitá-las, ele ia aprovando. Outra coisa que a gente fazia ... todas as quartas-feiras ele jogava biriba na praia com os coroas de lá; a gente contratou uma secretária boazuda que ia lá de biquini dizendo: ‘generalzinho, eu trouxe a materinha de O Pasquim pro senhor censurar.(...) Ele ficava todo prosa... e aprovava.”

Como Jaguar expôs, “dona Marina” foi substituída pelo General Juarez

Paz Pinto, e com foi possível observar no depoimento a patota encontrava nos censores seus pontos fracos com os quais poderiam jogar como afirma Bernardo Kucinski: “ Os humoristas jogavam com os censores o sutil jogo do humor, deformando a própria censura, transformando-a numa caricatura da censura real.”

O contato direto com os censores proporcionou aos integrantes do Pasquim uma maior facilidade para driblar a censura, pois em meio ao clima de trabalho da patota os censores viam-se envolvidos, foi assim com dona Marina que compartilhava drinks com os integrantes do Pasquim, foi assim também com o General Juarez Paz Pinto, como evidencia Beatriz Kushnir ao afirmar que Ziraldo:

“Ao mencionar o General Juarez, revelou uma relação de intimidade, em que o militar chamava os jornalistas de ‘meus meninos’ e aconselhava: ‘sejam ambíguos generalizem’.”

Usando diversos recursos a patota ia driblando a censura, foi assim ao publicar a matéria da antropóloga negra, norte americana, Angela Gillian (nº 227). Na entrevista ela afirma haver racismo no Brasil e a entrevista é liberada pelo General Juarez Paz. Os Generais do governo consideraram que a entrevista contrariava a imagem de cordialidade do país, e como resultado o General Juarez P. Pinto foi destituído do seu cargo e a censura do jornal foi, então, transferida para Brasília.

Essa decisão visava não apenas quebrar o jornal, pois este deveria ficar pronto com uma certa antecedência para ser enviado à Brasília e só depois com os devidos cortes voltaria ao Rio de Janeiro e chegaria às bancas “meio velho e requentado”, como afirma Beatriz Kushnir que observa, ainda, que a transferência da censura para Brasília tinha como objetivo, também, afastar os censores dos jornalistas, pois frente às evidências os militares observaram que o contato nas redações era uma espécie de lavagem cerebral do censor.

Essa lavagem cerebral era, na realidade, o que a equipe do Pasquim sabia fazer muito bem, e que Bernardo Kucinski definiu, um jogo que possibilitasse a sobrevivência do jornal. Para tanto a patota usava diferentes táticas, como a de produzir diversas matéria com a certeza de que

seriam censuradas, mas com o propósito de distrair o censor com relação a matérias e cartuns que traziam críticas ao regime ou tratava de assuntos proibidos nas entrelinhas. Outra tática usado e já explicitada neste capítulo foi a de explorar o contato direto com o censor e seus pontos fracos e assim conseguir a aprovação de matérias. Assim, muitos artigos “subversivos”, que passaram pelo crivo dos censores e foram liberados, dependiam apenas da interpretação e da criticidade do leitor para que reconhecessem ali uma resistência ao regime, à repressão e à censura.

A partir do nº 66 o jornal começou a promover a eleição do “Homem sem Visão do Ano”, referindo-se claramente a todos aqueles que apoiavam o regime. Chegou a disponibilizar cédulas para que o leitor enviasse seu voto. Os resultados parciais eram disponibilizados, onde apareciam nomes de governadores, jornalistas, deputados entre outros.

No nº69 uma página estampava “candidatos como Nelson Rodrigues, Celso Franco, Carlos Manga, e trazia ainda a seguinte observação:

“Já estão cabalando, tentando subornar os redatores d'O Pasquim, que, como todos sabem, jamais se deixaram corromper (embora estejam doidos para começar). Mas ninguém se elegerá pela corrupção e pela intriga. Por isso, evitando as naturais tentações ( ah como é difícil!) resolvemos transformar a votação em **Votação direta**, pedindo aos leitores que mandem sua opinião. Escolha qualquer nome. De qualquer atividade. **Vote agora. Vote local. Vote nacional.**”

As frases grifadas têm um claro intuito de aludir às eleições indiretas que vinham ocorrendo no Brasil. Por meio dessa “inofensiva” brincadeira era possível demonstra a insatisfação da patota e dos leitores do Pasquim com relação a algumas figuras, que apoiavam o regime, assim como, a insatisfação em não poder eleger seus próprios governantes.

O episódio da prisão da patota (Ziraldo, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Paulo Garcez, Haroldinho, Fortuna, Sérgio Cabral e Jaguar) foi proibido de ser veiculado pelo Pasquim, mas com muita criatividade os demais colaboradores deixaram o leitor sempre informado do que estava acontecendo desde a prisão com “O Rrush da Solidariedade” (nº74), em que

explicava a ausência dos integrantes da patota devido a um “surto de gripe”, até o momento em que foram libertos.

Apesar de toda a solidariedade de colaboradores, que contribuíram para que o jornal não fechasse, o Pasquim para por três semanas e só volta com o Nº78 em 30/12/1970 com a seguinte divisa: “Estamos AQUI, Ó!” Nesse número vem, ainda, publicada uma atribuída ao SIG (símbolo do Pasquim) manifestando a insatisfação com a falta de liberdade e com a prisão do grupo:

“Depois de três semanas de suspensão, O Pasquim volta, hoje, a circular. Aparentemente não há motivos para regozijo, pois ninguém deve se alegrar por exercer seus mínimos direitos, e porque não pode haver alegria onde se sabe que ela depende do humor ocasional de quem não ri.

Com menos colaboradores habituais - o surto de cólera foi tremendo! (...) O Pasquim tem procurado (...) manter o espírito que lhe foi dado por aquelas brilhantes personalidades que até dois meses atrás atingiam um milhão de leitores (...).

Fique assim, declarado: para nós ávidos de Poder, o importante e que O Pasquim circule em todo o País - embora nossos redatores principais circulem apenas uma parte ínfima desse país: 4 mts. 2 **per capita**, para sermos mais exatos.”

Mais uma vez a censura prévia falhou dentro do Pasquim, pela falta de atenção do censor ou até mesmo pela falta de evidências “mais claras” da referência que se fazia à prisão dos jornalistas.

Após dois meses de reclusão a Patota retorna ao Pasquim e Sérgio Cabral escreve “Se não me falha a memória” (nº80), usou quatro páginas do jornal para contar de uma forma bem diferente os dias em que o grupo esteve preso. As ilustrações demonstravam bem o ambiente em que estavam. Todos amontoados sem nada para fazer, impossibilitados de sair, desenhando nas paredes, lendo ou dormindo. Como Sérgio Cabral foi preso alguns dias depois do grupo ele descreve da seguinte forma o momento em que chegou ao “ambiente” onde encontrara os demais amigos:

“Quando cheguei ao local onde iria passar sessenta dias

desta vida vã, fui recebido por um prolongado pssssiu(...)

Passei a inspecionar o lugar onde ia viver. Desde logo considerei-o extremamente sofisticado; não havia aparelho de televisão. O bom gosto de meus anfitriões, nesse aspecto, foi coisa que muito me tranqüilizou.”

A equipe do Pasquim mostra-se ainda mais ousada quando em 1971 os governadores dos estados são nomeados pelo presidente, a crítica fica implícita logo na capa do nº 101, que traz a seguinte divisa: “ELEIÇÃO, na Academia Brasileira de Letras”, trazendo a matéria intitulada “ A casa dos velinhos”, que então tratava do assunto. A matéria dá ênfase nas conseqüências causadas pela idade dos integrantes da Academia, que não deixa de ser uma referência às características dos militares, a dificuldade em enxergar, em ler jornais, a reprovação aos jornalistas que tentavam se aproximar.

Percebe-se, então, que as alusões - formas indiretas de referir-se a determinados assuntos - foram vastamente usadas pela patota como uma forma de abordar assuntos vetados pela censura.

Os cartuns do Pasquim constituíam uma forma irreverente de tratar os problemas sociais, traziam um humor crítico em que não só as palavras transmitiam informações, o desenho também era imbuído de significados o que dificultava a análise do censor. Um exemplo claro dessa situação foi a seção criada por Claudius, que sempre trazia uma fábula ilustrada, em que alguns ajustes eram feitos e com a ajuda das ilustrações transmitiam uma moral travestida de crítica ao regime. Na fábula “O Leão e o Ratinho” (nº20), por exemplo, a moral era: “A união **desfaz** a força”. A palavra em destaque reforçava ainda mais a alusão política, mostrando que autoritarismo de alguns desfaz a força e a resistência da maioria.

Como não era possível à imprensa fazer qualquer crítica ao governo, devido à censura, grande parte dela simplesmente acatava as proibições. Já o Pasquim não podendo falar do governo e dos problemas sociais brasileiros tratava dos problemas internacionais mas com a clara intenção de referir-se aos problemas nacionais. É nesse contexto que o Pasquim explora o caso Watergate:“(...) que alegria, um presidente que pode ser criticado e que deve renunciar em conseqüência de denúncias feitas pela

imprensa.”

Essa foi mais uma dentre diversas formas de driblar a censura usadas pela equipe do Pasquim, que apesar de muitos contratemplos, conseguiu sobreviver à censura com muita criatividade e humor. Pode-se dizer que foi o diferencial entre o Pasquim e os demais exemplares da imprensa alternativa desse período. Enquanto outros pequenos jornais enfrentavam a censura e eram logo impedidos de continuarem, sofrendo retaliações até serem desestruturados, o Pasquim habilidosamente aprendia a encontrar brechas na censura, transformando-a em motivo para piada.

A suspensão da censura prévia do Pasquim é repleta de controvérsias e polêmicas. A própria notícia que chega à equipe é misteriosa, não se sabe a fonte, da mesma forma que chegava às redações dos jornais os assuntos que não deveriam ser publicados chegou a notícia do fim da censura prévia no Pasquim. No dia 24 de março de 1975, a redação do Pasquim recebe um telefonema de Brasília informando que: “Vocês agora não precisam mandar mais nada pra censura. Agora a responsabilidade é de vocês.”

Apesar de o nº 300 já estar quase pronto quando a notícia chegou, ainda era possível fazer alguns ajustes. Millôr preparou um editorial questionando o conceito da palavra *responsabilidade*, e vê o fim da censura prévia como uma concessão, um presente que se dá esperando reconhecimento, neste caso “com responsabilidade”. Ele ainda afirma em seu editorial que “sem censura não quer dizer com liberdade”, pois acreditava que a mensagem transmitida ao Pasquim que o liberava da censura, seria, na realidade, uma espécie de acordo que uma vez aceito deveria ser pago com responsabilidade e gratidão.

O resultado das declarações de Millôr foi a apreensão do jornal. Muitos integrantes da equipe acreditavam que intenção do jornalista era fechar o Pasquim numa espécie de ato heróico, e que ciente das verdadeiras intenções do regime ao liberar não só o Pasquim como vários outros jornais da censura não aceitou compactuar com esse espécie de acordo. Millôr acabou por pedir demissão do jornal.

Millôr não estava errado em suas interpretações, o fim da censura prévia não significava liberdade. Para Hélio Romão Damaso, chefe do



Serviço de Informação do Gabinete (Sigab - órgão que realizou a censura à imprensa escrita durante a ditadura militar do pós - 1964), o fim da censura prévia de alguns jornais naquele momento significava que não havia mais a necessidade da figura de um censor presente na redação. O ato de censurar já deveria estar introjetado de tal forma nas atitudes e no trabalho dos jornalistas que estes já saberiam trabalhar com “responsabilidade”.

Passada essa fase de censura prévia, o Pasquim a partir do nº 305 começa a publicar o material que havia sido vetado pelos censores na seção Pasquim-Censura. As matérias apareciam com todos os cortes e rasuras feitos pelos censores, com o intuito de dar um efeito mais dramático à seção que vinha acrescida de alguns comentários que completavam a cena de humor e crítica:

“Desta vez o Henfil fica com a página do Pasquim-Censura todinha para ele. Como poderia ficar com o número inteiro, que o material vetado nesses cinco anos de piloteados daria para tanto.”

“Claudius, logo depois do 25 de abril de 1974, se mandou para Portugal. Bom profissional que é, chegou, sacou e tacou o desenho. Encaminhamo-lo aos canais competentes onde os gondoleiros da Pilot, fiéis defensores do regime recém-derrubado (eles se entendem, eles se entendem...) encarregaram-se de fazer um jogo da velha em cima da página. Reparem como erram crassamente na armação do supracitado passatempo.”

O primeiro comentário demonstra bem a quantidade de material que era vetado e o prejuízo que o jornal tinha em não poder publicar o que havia produzido.

O segundo comentário trata com muito humor o trabalho dos censores, pois, quando fala do jogo da velha que eles fizeram sobre a página refere-se às marcas deixadas por eles, em forma de X, demonstrando que o cartum não poderia ser publicado.

Apesar da “sobrevivência” do Pasquim, por mais de treze anos, com o fim da censura prévia a energia que movia o jornal não produzia mais as mesmas respostas. O período em que o jornal esteve sob censura

estimulou a criatividade de seus produtores e instigou o leitor a buscar no jornal uma fonte de crítica ao regime que dificilmente encontraria nos outros jornais.

O fim da censura exigiu da patota uma nova postura, como definiu Bernardo Kucinski:

“Com o fim de censura prévia encerrava-se o ciclo resistente d’O Pasquim e nascia uma outra fase, a do jornal politicamente calculista e promotor de campanhas políticas, personificado por Ziraldo.”

O Pasquim já não se destacava com relação aos demais jornais, e como o próprio Ziraldo afirma: “Os grandes jornais adotaram as mesmas bandeiras e, como tinham mais repórteres e mais informação ,O PASQUIM definhou.”

Observa-se, então, que a censura e o regime autoritário alimentaram a criticidade e a criatividade de jornalistas do Pasquim, que apesar de todas as dificuldades passadas pelo jornal teve seu auge tanto em termos de criação quanto em circulação em períodos de maior acirramento da censura.

## Capítulo IV

## O PASQUIM : UMA ALTERNATIVA À GRANDE IMPRENSA?

As denominações Grande Imprensa e Imprensa Alternativa não referem-se a categorias bem definidas. Enquadrar um jornal em uma ou outra varia de acordo com os aspectos observados.

No caso do Pasquim há visões controversas quanto ao fato de ser ou não uma alternativa à grande imprensa. A cientista política Anne-Marie Smith, por exemplo afirma que:

“O famoso jornal satírico Pasquim, para muitos o exemplo clássico da Imprensa Alternativa, era tão flagrantemente sexista e sistematicamente racista que seria de perguntar alternativa a quê?”

Já José Luiz Braga afirma que “O Pasquim inaugura propriamente a imprensa alternativa, nanica, de oposição ao regime”.

Os aspectos do jornal observados pela autora Anne-Marie Smith - o caráter sexista e machista - a faz refletir sobre que espécie de alternativa o jornal teria a oferecer. Mas sobre um outro ângulo José L. Braga pautou sua observação sobre as inovações que o Pasquim trouxe para o jornalismo brasileiro, a resistência Inteligente ao regime e o destaque que o jornal teve com relação ao público leitor, é com base nesses aspectos observados pelo jornalista que o mesmo considera o Pasquim uma alternativa à grande imprensa, no período da ditadura militar.

Já o jornalista Perseu Abramo é cético ao falar da imprensa alternativa na década de 60. De acordo com ele, esta, nunca foi uma alternativa à grande imprensa, ao contrário era dependente dela;

“No sentido estrito do termo, essa imprensa nunca foi de fato uma alternativa à outra imprensa, à chamada grande imprensa ou imprensa burguesa. Não foi alternativa no sentido de oferecer ao leitor uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler um Jornal do Brasil para ler o Opinião (...).”

O jornalista justifica sua posição afirmando que os pequenos semanários nunca teriam recursos financeiros materiais e humanos para

enfrentar a grande imprensa. Ele questiona a denominação “alternativa”, atribuída à pequena imprensa ao observar que esta dependia do que era publicado pelos grandes jornais para que, então, pudesse dizer o contrário, desvendar os mistérios escondidos pelas notas oficiais, completar as informações, corrigi-las, enfim, abordar de uma forma diferente as notícias trazidas pela grande imprensa. Isso devia-se de acordo com Perseu Abramo à dificuldade que a pequena imprensa tinha em obter informações.

Esses fatores que tiram dessa imprensa o cunho de “alternativa”, de acordo com o jornalista, é ainda mais reforçada quando observa-se a posição do restrito público leitor, este não dispensa a leitura de um exemplar da grande imprensa, pois era ali que obtinha informações, as versões oficiais. Perseu Abramo define como agia o leitor da pequena imprensa:

“(...) esse público politizado e restrito, leitor virtual ou efetivo da imprensa alternativa, não podia dispensar a grande imprensa. Era ali que ele se informava (...), sofria a demolidora influência da doutrinação ideológico burguesa. Depois, ele ia conferir na imprensa alternativa. Recebia o contraponto, a contracultura, a versão da oposição.”

As três posições demonstram a dificuldade em definir a pequena imprensa num contexto de repressão e censura, o que torna ainda mais complicado quando se trata do Pasquim, um jornal de humor e crítica ao costumes e à sociedade.

Em um momento em que regulamentava-se uma censura prévia com a desculpa de preservar a moral e os bons costumes, mas com a verdadeira intenção de exercer uma censura política, o Pasquim buscou a resistência no contraponto da proposta do regime, na crítica ao puritanismo hipócrita da sociedade, postura que levou o jornal a ser considerado sexista, machista, racista, como observou Anne-Marie Smith. Escandalizar a classe média era uma forma, encontrada pelo Pasquim, de atacar o regime, era uma “alternativa” que a grande imprensa praticante da autocensura, não oferecia aos seus leitores.

Quando o Jornalista Perseu Abramo questiona o título de “alternativa” para a pequena imprensa da década de 60, tendo como argumento o fato desta não ter acesso às informações oficiais, dependendo

dos grandes jornais para obtê-las, leva-nos ao seguinte questionamento: em um contexto de autoritarismo e censura a grande imprensa teria livre acesso a informações do governo?

Durante o regime militar o acesso às informações dependia do que o governo permitia que a imprensa soubesse. A grande imprensa tinha de fato um maior acesso a essas informações oficiais e lacônicas que não transmitiam a realidade do país. Além da péssima qualidade das informações obtidas, havia ainda a censura que impedia uma especulação mais aprofundada e crítica.

É certo que não havia facilidade alguma no que diz respeito à obtenção de informações por parte da pequena imprensa, devido à desconfiança que esses órgãos despertavam no regime. Mas quando considera-se a qualidade das informações obtidas pela grande imprensa percebe-se o quanto era valiosa a interpretação dada a essas informações. Nesse sentido a pequena imprensa era sem dúvida mais ousada levando o leitor a refletir, e como Perseu Abramo afirmou um público mais politizado e consciente ainda que necessitasse da grande imprensa para ter informações, buscava o contraponto, uma interpretação mais crítica delas na pequena imprensa.

Portanto, se a informação não era a prioridade dentro do regime e se a grande imprensa praticante da autocensura reduzia-se a publicar o que era permitido e como era permitido, o que viesse a questionar essa ordem estabelecida constituía uma alternativa.

O fato de buscar ou não na grande imprensa as informações, não diminui a originalidade e a criticidade do Pasquim, por exemplo, um jornal que trouxe uma série de inovações para o jornalismo brasileiro, que oferecia ao leitor o que outros jornais não ofereciam. Ao se ter um jornal diferente que oferece uma interpretação crítica para os fatos - que nesse contexto era algo mais importante que a própria informação - faz o leitor buscar nele um refúgio para manter a consciência diante da massacrante e acrítica grande imprensa.

Perseu Abramo ao questionar a denominação “alternativa”, da pequena imprensa brasileira na década de 60, argumenta que esta jamais teria recursos financeiros e humanos para enfrentar a grande imprensa, mas de fato esse não era a intenção do Pasquim, por exemplo, e uma evidência

disso era o espírito antiempresarial da patota já definido no capítulo anterior.

O Pasquim constituía, então, uma alternativa dentro das possibilidades do contexto em que surgiu, se não tinha acesso a informações buscava estas na grande imprensa e proporcionava ao leitor a “alternativa” de uma abordagem humorística e crítica, e esse era o ponto forte do Pasquim. O sucesso do jornal em um meio de censura e de desinformação geral reflete a necessidade que o público leitor sentia de algo que a grande imprensa não proporcionava. A questão levantada: se o Pasquim substituíria ou não os grandes jornais, não diminui o mérito da Alternativa que ele ofereceu a esses leitores insatisfeitos com o que a grande imprensa tinha a oferecer naquele momento.

## CONCLUSÃO

O contexto em que nasce O Pasquim não era o mais propício para a imprensa, mas a trajetória do jornal mostrou claramente que seus integrantes não estavam preocupados com isso. Até mesmo tinham consciência de que a “aventura” não duraria muito tempo.

Vivendo sob um regime ditatorial extremamente repressor em que quase tudo era proibido, O Pasquim superou as expectativas de seus fundadores. Teve seu auge em um dos momentos em que a censura esteve mais acirrada, aprendeu a lidar com ela e a burlar os limites impostos.

Não era interesse da patota usar o jornal para levantar bandeiras, defender ideais, esse tipo de manifestação não encontrava espaço em um meio submetido à censura. Eles optaram pelo humor crítico como uma forma de agredir tanto o regime quanto a classe média, em sua maioria adepta e

defensora dele. Essa opção levou o jornal a ser julgado por muitos como racista, machista, sexista, mas a intenção da patota, com o seu trabalho, era atingir o que naquele momento estava protegido pela censura - o regime - e não podendo ser criticado abertamente buscava-se atingi-lo indiretamente por meio da crítica aos defeitos da classe média, em especial o comportamento hipócrita de uma sociedade que não se considera racista, machista e repressora.

O perfil adotado pelo jornal: criticar e falar de coisas sérias por meio do humor, foi o responsável tanto por seu sucesso quanto por sua durabilidade. Isso explica o fato de O Pasquim ter tido sua melhor fase em um período de maior repressão e censura, pois esses fatores eram o combustível que impulsionava os integrantes da patota a criarem cada vez mais, assim como instigava os leitores a buscarem no Pasquim uma consciência crítica da realidade do país.

Com o fim da censura prévia e uma “maior liberdade” aos meios de comunicação, outros jornais começaram a abordar assuntos que antes eram proibidos, passaram a defender uma anistia ampla e irrestrita, a redemocratização do país, por exemplo. E aos poucos O Pasquim tornou-se apenas mais uma voz dentro da imprensa a fazer reivindicações como estas, e foi nesse momento que o jornal perdeu suas forças. Portanto, não foi a censura que fez o jornal declinar, ela contribuiu mas não foi decisiva. O que de fato fez o Pasquim perder o “pique” foi a concorrência das grandes empresas jornalísticas.

Fica evidente, então, que apesar de todas as críticas feitas ao Pasquim, enquanto a grande imprensa praticava a autocensura ele disseminava uma contracultura, o contraponto do que era estabelecido, na tentativa de contrariar na medida do possível o regime e a sociedade hipócrita. E nesse sentido fazia o que poucos jornais ousavam fazer naquele momento, e fazia com tal maestria que a própria censura ficava impotente e deixava escapar o que não devia. Po isso, pode-se dizer que O Pasquim era de fato uma alternativa diante de um contexto em que poucos tinham a habilidade e a ousadia de seus integrantes.

## **ANEXO I**



## **ANEXO II**

## **ANEXO III**

## **ANEXO IV**

## **ANEXO V**

## ANEXO VI

## **ANEXO VII**

**ANEXO V III**

**ANEXO I X**

**ANEXO X**



## **ANEXO XI**

## **ANEXO X II**

## **ANEXO XIII**

## **ANEXO XIV**

## **ANEXO XV**

## **ANEXO XVI**

## **ANEXO XVII**

## **ANEXO XVIII**



## **ANEXO XIX**

## FONTES

Prudente de Moraes, neto: a ABI e a censura. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 14 à 20-11-1975. Nº 333.

O Pasquim. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 26-06-1969. Nº 01.

Establishmente é a netinha. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 26-06-1969. Nº 01.

Olha Aqui. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 18 à 24-11-1970. Nº 74.

O Rush da Solidariedade. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 18 à 24-11-1970. Nº 74.

Fernando Gabeira. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 22 à 27-07-78. Nº 490.

Leile Diniz. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 20 à 26-11-1969. Nº 22.

O Sexo do Pasquim. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 12 à 18-02-1970. Nº 34.

Eles já estão Calabando! *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 14 à 20-10-1970. Nº 69.

Com quantos raios se faz uma alvorada? *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 30 à 04-01-1971. Nº 78.

Se não me falha a memória. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 14 à 20-01-1971. Nº 80.

Pasquim-Censura. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 12 à 18-12-1975. Nº 340.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Bia (org). *Um Trabalhador da Notícia: textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os Anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília : Ed. Universidade de Brasília,1991.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,2002.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson W.. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD,

1999.